

A PRÁTICA DO DESCARTE DE MEDICAMENTOS E PERFUROCORTANTES POR PACIENTES DA CENTRAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, MARANHÃO

Stephanny I. N. Pereira^{1,2*}, Luana S. Carvalho^{1,2}, Márcia G. S. Belfort^{2,3}, Sheila E. A. Nunes^{2,4}

1 – Estudante de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

2 – Pesquisadora do Laboratório de Microbiologia e Ciências da Saúde

3 – Professora da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA)

4 - Professora Adjunta da UEMASUL - Centro de Ciências Exatas Naturais e Tecnológicas/ Orientadora

Resumo

O descarte inadequado de medicamentos e perfurocortantes, como em vasos sanitários, lixo comum, pia, esgoto e queima a céu aberto, gera um grande passivo ambiental, pois esses resíduos possuem uma elevada fração infectante, assim, é necessária uma atenção especial ao serem descartados. Com o objetivo de investigar as formas de descarte de medicamentos e perfurocortantes utilizados por usuários da Central de Assistência Farmacêutica de Imperatriz, Maranhão realizou-se uma investigação por meio de um questionário padronizado onde foi observado que a principal forma de descarte apontada, pelos entrevistados, ainda é o lixo comum. Apesar de 63,2% reconhecerem não ser a melhor opção, justificavam-se com a falta de orientação sobre o descarte correto. Para despertar a consciência ambiental na população, diminuir os índices de acidentes com perfurocortantes e contaminação do meio ambiente por esses resíduos, é indispensável um constante incentivo e orientações sobre a forma correta de descarte.

Autorização legal: O presente estudo obteve a aprovação da Comissão de Ética e Bioética da Faculdade de Imperatriz - Protocolo nº 039-1/2018.

Palavras-chave: Resíduos; Contaminação; Orientação da população.

Apoio financeiro: Bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e UEMASUL.

Introdução

Nota-se que é crescente a geração de resíduos provocados pelas ações humanas nas últimas décadas, desse modo, é de grande importância que se desenvolva uma maior atenção ao destino correto para os mesmos, de uma forma que esses materiais não venham trazer riscos ao meio ambiente e a saúde da população. Atualmente, há um movimento mundial no desenvolvimento de pesquisas que visam à diminuição do impacto ambiental provocado pela ação humana (FURUKAWA; CUNHA; PEREIRA, 2015).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída em 2010, por meio da Lei de nº 12.305, prevê o compartilhamento da responsabilidade sobre o ciclo de vida dos produtos e bens de consumo, envolvendo desde dos fabricantes, distribuidores, até o consumidor final. Entretanto, em várias regiões do país essa prática compartilhada não vigora à luz da legislação, ademais esse problema tem interface com a necessidade de práticas para o uso racional de medicamentos, sendo que o descarte adequado dos mesmos é fundamental para a manutenção do meio ambiente, saúde humana e animal. Neste sentido a Logística Reversa de Medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso constitui um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados para coleta e destinação final ambientalmente adequada dos medicamentos a ser instuída nas diversas unidades federativas do país (ANVISA, 2004).

Aperfeiçoa-se ao descumprimento da legislação o desconhecimento da população e a falta de orientação por parte dos poderes públicos ocasionados pela escassez de campanhas explicativas (PINTO *et al.*, 2014) ocasionam que após o término ou abandono dos tratamentos de saúde o destino das sobras de medicamentos e de suas embalagens predominantemente escolhido pela maioria das pessoas ainda é o lixo comum ou mesmo o descarte em pias ou vaso sanitário.

A desinformação da população quanto aos prejuízos gerados com o descarte incorreto e a falta de um gerenciamento adequado, motivou a investigação das formas de descarte de medicamentos e perfurocortantes utilizados por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio dos Programas da Central de Assistência Farmacêutica (CAF) de Imperatriz, Maranhão, em suas residências.

Metodologia

Este estudo foi conduzido na perspectiva de investigar e descrever as características comportamentais dos investigados. As informações coletadas foram tabuladas e analisadas de forma criteriosa. Realizou-se uma pesquisa por artigos científicos que tratassem do descarte de medicamentos e perfurocortantes, gerenciamento de resíduos e meio ambiente relacionados ao assunto.

Para a escolha da amostra de acordo com o propósito do estudo, utilizou-se o método não-probabilístico, de forma que foram entrevistados 462 indivíduos, usuários do SUS na tentativa de investigar a maneira do descarte de medicamentos e de resíduos perfurocortantes utilizados no tratamento de pacientes em seus domicílios.

O local selecionado para entrega e preenchimento dos questionários foi a CAF de Imperatriz, Maranhão, onde se concentram os programas de Farmácia de Medicamentos Excepcionais ou Farmácia de Alto Custo, Farmácia Básica – central de onde se abastece todas as unidades básicas do município de Imperatriz, Farmácia de Saúde Mental e Farmácia de distribuição de insulina. Pela CAF passa um elevado fluxo de pessoas de todos os bairros da cidade, permitindo uma maior diversificação da amostra e possibilitando dessa forma observar diferentes perfis de indivíduos.

Foi produzido um questionário com 17 (dezessete) questões fechadas e de múltipla escolha com perguntas semiestruturadas referente aos medicamentos e possíveis perfurocortantes utilizados pelos indivíduos, bem como também sobre como ocorre o descarte de tais resíduos nos domicílios. Os indivíduos que possuíam idade igual ou superior a 18 anos, eram informados sobre o projeto e os benefícios que um descarte correto e consciente de medicamentos e materiais perfurocortantes poderia trazer ao meio ambiente e a saúde humana, e em parceria com a coordenação da CAF eram instruídos a descartar seus medicamentos na própria CAF, e na sequência eram instruídos quanto à forma correta de descartar medicamentos. Assim que ficasse claro o propósito do estudo e os voluntários aceitassem participar da pesquisa, era assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, por conseguinte eram auxiliados a responder um questionário utilizado para a coleta de dados da pesquisa.

Resultados e Discussão

Dentre as pessoas que se dispuseram a colaborar com o estudo foi possível observar que um total de 66,5% (307) eram mulheres e 33,5% (155) eram homens. No que se refere a faixa etária, foi encontrada uma predominância de pessoas de 18 a 29 e de 30 a 39 anos que reflete, respectivamente, cerca de 36,2% (167) e 21,2% (98) do total de participantes da pesquisa.

Ao serem questionados sobre a forma habitualmente adotada ao descartar as embalagens primárias (vidro de xarope, bisnaga de creme), embalagens secundárias (caixa que embala os medicamentos) e dos medicamentos que se encontravam vencidos ou em desuso, prevaleceu o descarte no lixo comum por 78,4% (362) dos entrevistados, e ao se tratar de sobras ou vencimento de medicamentos o despejo em vasos sanitários e pias residenciais representou 15,4% (71) da escolha do público investigado (Tabela 1). Há também cerca de 10,6% (49) dos indivíduos que descartam as embalagens primárias, 7,4% (34) que descartam embalagens secundárias e 8,2% (38) que descartam sobras de medicamentos em coletores próprios para esta finalidade, oferecendo desta forma um fim mais adequado a esses resíduos.

Tabela 1: Formas de descarte de embalagens primárias, secundárias e de medicamentos vencidos ou em desuso entre os pesquisados em Imperatriz, Maranhão, 2018.

VARIÁVEL	N = 462	%
DESCARTE DE EMBALAGENS PRIMÁRIAS		
Lixo comum	362	78,4
Queima	31	6,7
Reutilizo	9	1,9
Locais próprios p/ coleta	49	10,6
Entrega na farmácia	11	2,4
DESCARTE DE EMBALAGENS SECUNDÁRIAS		
Lixo comum	368	79,6
Queima	43	9,4
Reutilizo	17	3,6
Locais próprios p/coleta	34	7,4
Entrega na farmácia	-	-
DESCARTE DE MEDICAMENTOS VENCIDOS/DESUSO		
Lixo comum	283	61,3
Vaso sanitário/ na pia	71	15,4
Armazeno em casa	7	1,5
Locais próprios p/ coleta	38	8,2
Não sobram	63	13,6

Nas últimas décadas a geração de resíduos cresceu consideravelmente e a inadequação no descarte dos mesmos também, sendo que grande parte dos materiais que são despejados no lixo comum, ainda acabam sendo direcionados a lixões sem o devido tratamento.

Segundo Carvalho *et al* (2009) a prática corrente de lançar diretamente nos esgotos os medicamentos vencidos ou os não desejados, fazem com que estes cheguem às estações de tratamento na sua forma original, contribuindo de forma acentuada para a contaminação ambiental, inclusive com graves prejuízos para a fauna e flora aquáticas. Também o descarte no lixo comum apresenta riscos para a saúde pública, uma vez que podem ser ingeridos por terceiros, principalmente crianças e pessoas carentes. Desse modo, almeja-se que com o aprimoramento de legislação e normativas nacionais, assim como as estaduais e municipais, para o gerenciamento de resíduos incluindo os de saúde, e os mecanismos orientadores para a população participar mais ativamente da gestão e disposição mais segura e sustentável do ponto de vista ambiental tenha-se avanços no controle desses passivos (MACHADO; BINSFELD, 2014).

Em relação aos perfurocortantes, cerca de 26,8% (124) que afirmaram possuir seringas, agulhas de insulina, lancetas ou lâminas em suas residências, e ao realizar o descarte desses materiais, 19,9% (92) admitiram colocar no lixo comum. Chama atenção o fato de que aproximadamente 10,3% (48) pessoas declararam a ocorrência de acidentes decorrente do descarte inadequado de perfurocortantes.

Esse tipo de resíduo é altamente contaminante, por isso surge à necessidade de separá-los de uma maneira segura, onde não obtiveram contato com os demais (CAVALCANTE; AQUINO; LOPES, 2016). Porém, frequentemente, os resíduos perfurocortantes não recebem manejo adequado, nem o descarte correto, a exemplo da prática de juntá-los ao lixo doméstico. Isso pode acarretar problemas à saúde dos trabalhadores que entram em contato direto com eles (SILVA; SANTANA; PALMEIRA, 2013). As normas e regulamentos relativos à eliminação desse tipo de lixo são diferentes nas cidades e municípios de cada país. O departamento de saneamento básico ou de saúde costumam orientar sobre os procedimentos corretos, mas ainda não há regras específicas na legislação relacionadas ao descarte doméstico (DB, 2016).

Ao serem interrogados se eles acreditavam que a sua opção de descarte aplicada estava correta, 63,2% (292) reconheceram que não, e 87,6% (405) informaram nunca ter encontrado pontos de descarte na cidade e 73,6% (340) também relataram nunca terem sido orientados da forma correta de descartar esses resíduos (Tabela 2). Sá e Carvalho (2009) encontraram resultados semelhantes em sua pesquisa realizada no município de Rio Grande, Rio Grande do Sul ao afirmar que a falta de informações a respeito de como os consumidores devem descartar seus resíduos farmacêuticos foi comprovada no fato de que 77% dos entrevistados disseram nunca ter recebido orientações sobre o descarte de medicamentos e apenas 23% já leram ou escutaram alguma informação a esse respeito.

Tabela 2: Conhecimento e orientação sobre o descarte de medicamentos e perfurocortantes entre os pesquisados em Imperatriz, Maranhão, 2018.

VARIÁVEL	N = 462	%
OPÇÃO DE DESCARTE ESTA CORRETA		
Sim	170	36,8
Não	292	63,2
INFORMADO NAS USB'S OU FARMÁCIAS SOBRE A EXISTÊNCIA DE ALGUM COLETOR PARA O DESCARTE DESSES MATERIAIS		
Sim	48	10,3
Não	414	89,7
ENCONTROU PONTOS DE DESCARTE EM IMPERATRIZ		
Sim	57	12,4
Não	405	87,6
ORIENTADO SOBRE A FORMA CORRETA DE DESCARTAR MEDICAMENTOS E MATERIAIS PERFUROCORTANTES		
Sim	122	26,4
Não	340	73,6

Observando ainda o grande índice de resposta afirmando que o município poderia ajudar a população na orientação para o descarte correto de perfurocortantes e medicamentos vencidos ou em desuso, os voluntários foram questionados de como o município poderia contribuir, e 210 pessoas optaram por divulgação na mídia, enquanto 178 relataram que a melhor forma é com instruções na farmácia ao receber o medicamento e 74 opinaram pela entrega de panfletos informativos.

A falta de informação para a população sobre o correto descarte de embalagens e a falta de coletores para essa finalidade são fatores que propiciam o descarte no lixo comum e na rede de esgoto (LEMES; SILVA, 2014). Desse modo é necessário o desenvolvimento de políticas públicas para orientar a população dos riscos que o descarte inadequado pode causar, informar sobre a existência de coletores próprios para essa finalidade na cidade e instruí-los da forma correta de realizar o descarte nesses locais. Um caminho para solucionar a questão do descarte de medicamentos é o aprimoramento do marco regulatório, exercício do bom-senso, aliado com a educação e o treinamento dos profissionais de saúde, e o esclarecimento da população (RIBEIRO; BINSFELD, 2013).

Conclusões

Os riscos de descartar medicamentos sem os devidos cuidados são diversos, podendo prejudicar o meio ambiente e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Porém, ainda existe uma carência em relação a orientação da população e aos serviços de manejo da cidade. Dessa forma, grande parte dos medicamentos vencidos ou em desuso são jogados em pias, vasos sanitários ou mesmo no lixo comum.

A efetivação de uma política de logística reversa no município terá a cooperação da comunidade, haja vista que 63,2% dos pesquisados acham que a sua opção de descarte não está correta, mas por não saber como proceder com esses resíduos acabam realizando o descarte de forma indevida. A falta de informação quanto ao descarte correto e a ausência ou poucos pontos de coleta na cidade podem justificar os achados desse estudo.

Portanto, algumas medidas podem ser aplicadas para mitigar essa adversidade, como exigir uma legislação mais estruturada quanto ao descarte doméstico desse tipo de resíduo, campanhas educativas que orientem a população sobre o risco causado com o descarte inadequado, por parte dos gestores municipais e/ou conselhos de classe – a exemplo de Farmácia, Medicina, Ciências Biológicas, e orientações sobre a forma de descarte correto nas farmácias ao receber os medicamentos. Assim, acidentes com profissionais da saúde e profissionais que coletam o lixo comum podem ser diminuídos, juntamente com os riscos de contaminação da população e do meio ambiente.

Referências bibliográficas

ANVISA. RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/res0306_07_12_2004.pdf/95eac678-d441-4033-a5ab-f0276d56aaa6>. Acesso em: 31/01/18.

CARVALHO, E.V.; FERREIRA, E.; MUCINI, L.; SANTOS, C. **Aspectos Legais e Toxicológicos do Descarte de Medicamentos**. 22ed. Revista Brasileira de Toxicologia, 2009.

CAVALCANTE, C. G. D., AQUINO, S., LOPES, E. L. **Avaliação da dispensação de recipientes para coleta de resíduos perfurocortantes gerados em domicílio por diabéticos em uma Unidade Básica de Saúde**. 5.ed. São Paulo – SP: SINGEP, 2016.

DB. “Descarte das agulhas” Disponível em: <<http://www.bd.com/pt-br/our-products/diabetes-care/diabetes-learning-center/diabetes-education/disposal-of-needles>>. Acesso em: 30/01/2018.

FURUKAWA, P. O., CUNHA, I. C. K. O., PEDREIRA, M. L. G. **Avaliação de ações ecologicamente sustentáveis no processo de medicação**. 69. ed. São Paulo: Revista Brasileira de Enfermagem, 2016.

LEMES, E. O., SILVA, J. R. **Gestão ambiental: educação ambiental sobre o descarte de embalagens de medicamentos no município de Anápolis-Goiás**. 14 ed. Anápolis: De Magistro de Filosofia, 2014.

MACHADO, M. F., BINSFELD, P. C. “Descarte de medicamentos vencidos: situação atual no Brasil e principais mercados”. [Internet]. Disponível em: <<http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/8mostra/Artigos/SAUDE%20E%20BIOLOGICAS/DESCARTE%20DE%20MEDICAMENTOS%20VENCIDOS%20SITUA%3%87%C3%83O%20ATUAL%20NO%20BRASIL%20E%20PRINCIPAIS%20MERCADOS.pdf>> Acesso em: 30/01/2018.

PINTO, G. M. F., SILVA, K. G., PEREIRA, R. F. A. B., SAMPAIO, S. I. **Estudo do descarte residencial de medicamentos vencidos na região de Paulínia (SP), Brasil**. 19.ed. São Paulo: Revista Engenharia Sanitária e Ambiental, 2014.

RIBEIRO, M. A., BINSFELD, P. C. **Descarte de medicamentos vencidos ou não utilizados: riscos e avanços recentes**. Goiás, 2013.

SÁ, C. R., CARVALHO, F. A. H. **A problemática dos resíduos farmacêuticos no município de Rio Grande**. 21.ed. Rio Grande: VITALLE, 2009.

SILVA, E. N. S. F., SANTANA, P. S., PALMEIRA, C. S. **Descarte de seringas e agulhas por pacientes com diabetes mellitus**. 2.ed. Bahia: Revista de Enfermagem Contemporânea, 2013.